

REFLEXÃO E PRÁTICA SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Maria Lúcia Xavier Gonçalves¹, Washington Orloffs Fernandes Dias ², Divino José Lemes de Oliveira³, Helismar Alves de Alcântara Oliveira ⁴, Marcilene Rodrigues Lima⁵, Suélio da Silva Araújo⁶

¹ Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá. Professora da rede municipal de educação de Iporá. Monitoria no projeto de extensão. E-mail: xavierbio2013@gmail.com ² Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá. Discente estagiário do curso de geografia e bolsista do PIBID. E-mail: washington200930@hotmail.com ³ Universidade Estadual de Goiás – Campus Oeste, Unidade Universitária de Iporá. Docente, coordenador de área do PIBID e orientador de estágio supervisionado de Geografia. E-mail: professorrzezinho@gmail.com ⁴ Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Jussara. Discente de Pedagogia. E-mail: rayanerodriguesleite100@gmail.co ⁵ Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá. Aluna do Mestrado PROFÁGUA. E-mail: heslimarcontosinfantins@gmail.com ⁶ Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Jussara. Discente de Pedagogia. E-mail: marcialocutora@hotmail.com ⁶ Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá. Discente de História. Monitor de projeto de extensão. E-mail: suelio.araujo@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo discute práticas pedagógicas voltadas à promoção da cidadania e dos direitos humanos no contexto do projeto de extensão Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos), vinculado à Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, teve como objetivo analisar ações educativas interdisciplinares que articulam ensino, pesquisa e extensão, buscando fomentar a formação cidadã e o respeito à diversidade em diferentes níveis de ensino. As atividades envolveram acadêmicos de licenciatura, bolsistas do PIBID e especialmente monitores de projetos de extensão, que elaboraram planos de aula e dinâmicas como o Jogo dos Direitos e Deveres e Cidadania. As propostas adotaram metodologias participativas e dialógicas, inspiradas na pedagogia freireana, e possibilitaram aos estudantes vivenciar conceitos de democracia, direitos e deveres de forma concreta e contextualizada. Os resultados evidenciaram avanços na compreensão crítica dos participantes sobre os valores democráticos, o respeito às diferenças e a importância da participação social. Constatou-se, ainda, o fortalecimento da formação docente e do compromisso ético-político dos monitores, destacando a extensão universitária como espaço de transformação social. Conclui-se que as experiências desenvolvidas contribuíram significativamente para a consolidação de uma educação emancipadora, fundamentada no diálogo, na solidariedade e na valorização da dignidade humana.

Palavras-chave: extensão universitária; educação democrática; práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A cidadania e os direitos humanos constituem fundamentos essenciais para a construção e o fortalecimento das sociedades democráticas. Compreender a relação entre esses dois conceitos é reconhecer que ambos se articulam na promoção da dignidade, da justiça social e da participação ativa dos indivíduos na vida pública. Em

um cenário marcado por desafios sociais, desigualdades e práticas excludentes, refletir sobre a educação voltada à cidadania e aos direitos humanos torna-se não apenas uma necessidade pedagógica, mas também um compromisso ético e político com a formação integral do ser humano.

O presente estudo parte da premissa de que a educação desempenha papel decisivo na consolidação de uma cultura de respeito, solidariedade e participação democrática. Ao inserir os temas da cidadania e dos direitos humanos no contexto escolar e universitário, busca-se estimular o pensamento crítico e a ação transformadora dos sujeitos, promovendo o diálogo entre teoria e prática. É nesse sentido que o projeto de extensão “Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos)”, vinculado à Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá se desenvolve como um espaço de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

O referido projeto propõe atividades interdisciplinares que envolvem acadêmicos de diferentes cursos de licenciatura, professores da educação básica e membros da comunidade, com o objetivo de fomentar discussões sobre cidadania, diversidade e direitos humanos a partir de experiências pedagógicas concretas. Por meio de ações colaborativas, como a elaboração de planos de aula e atividades práticas, o projeto visa à formação de sujeitos críticos, comprometidos com a transformação social e com os princípios democráticos.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de analisar e divulgar os resultados parciais das ações educativas realizadas no âmbito do projeto, destacando seu potencial como instrumento de diálogo entre universidade e sociedade. Além de fortalecer a prática docente, tais experiências contribuem para a consolidação de uma educação voltada à emancipação humana e à valorização da pluralidade.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo geral apresentar e discutir práticas pedagógicas desenvolvidas no projeto de extensão “Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos)”, que abordam os temas da cidadania e dos direitos humanos em diferentes níveis de ensino. Especificamente, busca-se: (a) contextualizar os fundamentos teóricos que orientam as atividades propostas; (b) descrever as metodologias aplicadas em sala de aula; e (c) refletir sobre os resultados formativos observados entre estudantes e monitores participantes.

A estrutura deste trabalho está organizada da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre

cidadania e direitos humanos; em seguida, são descritas as ações desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão, com destaque para os planos de aula e atividades pedagógicas elaboradas pelos participantes; por fim, discutem-se os resultados e considerações finais, enfatizando as contribuições das práticas educativas para o fortalecimento da educação em direitos humanos e da cidadania democrática.

METODOLOGIA DE PESQUISA OU MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir das ações do projeto de extensão Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos), vinculado à Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária de Iporá, no âmbito do projeto institucional Cidadania, Direitos e Diversidade. A pesquisa teve caráter qualitativo e descritivo, com foco na análise e sistematização de práticas pedagógicas voltadas à educação em direitos humanos e à formação cidadã em diferentes níveis de ensino.

O processo investigativo ocorreu entre os meses de março a agosto de 2024 e entre fevereiro e setembro de 2025 e envolveu acadêmicos dos cursos de Geografia, História e Biologia da UEG – Unidade de Iporá, além de estudantes de Pedagogia da UEG – Unidade de Jussara, professores da rede municipal de Iporá e educadores colaboradores residentes em Goiânia. Essa composição interdisciplinar favoreceu a integração entre teoria e prática e possibilitou uma reflexão coletiva sobre a promoção da cidadania e dos direitos humanos no contexto escolar.

As atividades foram estruturadas em três etapas complementares. Na primeira etapa, realizou-se um ciclo formativo com os integrantes do projeto, voltado à leitura e discussão de textos teóricos sobre cidadania, democracia e direitos humanos. Nessa fase, buscou-se fundamentar conceitualmente as futuras práticas educativas, com base em autores como Locke, Rousseau, T. H. Marshall, Hannah Arendt, Norberto Bobbio e Boaventura de Sousa Santos.

Na segunda etapa, os participantes elaboraram planos de aula e atividades pedagógicas inspiradas nos referenciais teóricos e adaptadas à realidade das escolas públicas participantes. As propostas contemplaram turmas do 6º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 2º ano do Ensino Médio, abordando temas como convivência democrática, cidadania digital e desafios da democracia contemporânea. As metodologias adotadas privilegiaram o aprendizado participativo, dialógico e

colaborativo, conforme os princípios da pedagogia freireana.

Na terceira etapa, os planos e atividades foram implementados e avaliados em contextos escolares e comunitários. Entre as práticas realizadas destacaram-se o Jogo dos Direitos e Deveres e a Assembleia dos Cidadãos, dinâmicas que buscaram promover a reflexão crítica e a vivência prática dos direitos e deveres na vida cotidiana. Durante a aplicação das atividades, os monitores atuaram como mediadores, observando a participação dos estudantes, o engajamento nos debates e o desenvolvimento de atitudes de respeito, empatia e responsabilidade social.

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de observações diretas, relatos reflexivos dos monitores e registros das produções dos alunos, como cartazes, textos e painéis coletivos. Posteriormente, as informações foram organizadas e analisadas de forma qualitativa, com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a fim de identificar as principais categorias emergentes relacionadas à formação cidadã, à valorização da diversidade e à construção de uma cultura de direitos humanos.

A metodologia adotada, portanto, integrou dimensões formativas, reflexivas e interventivas, possibilitando compreender o impacto pedagógico e social das ações desenvolvidas. Essa abordagem assegurou a coerência entre os objetivos do projeto e o compromisso ético-político da extensão universitária, entendida como espaço privilegiado de diálogo entre universidade e comunidade na consolidação de práticas educativas emancipadoras.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A relação entre cidadania e direitos humanos constitui um dos pilares centrais das sociedades democráticas contemporâneas. Ambos os conceitos, embora distintos em sua origem histórica e teórica, convergem na defesa da dignidade humana e na promoção da igualdade. A cidadania refere-se ao pertencimento do indivíduo a uma comunidade política, enquanto os direitos humanos expressam o reconhecimento universal de garantias fundamentais inerentes a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, gênero, etnia ou condição social.

A noção moderna de cidadania emerge com o advento do Estado-nação e da consolidação do pensamento iluminista nos séculos XVII e XVIII. Filósofos como John Locke e Jean-Jacques Rousseau foram fundamentais na construção do conceito de cidadão como sujeito de direitos e deveres dentro de um contrato social. Para Locke

(2010), o poder político deriva do consentimento dos governados, e a função do Estado é garantir direitos naturais, como a vida, a liberdade e a propriedade. Já Rousseau (1762), em O Contrato Social, defende a ideia de soberania popular, em que o cidadão participa ativamente da formação da vontade geral.

Mais tarde, T. H. Marshall (1967) sistematizou a cidadania em três dimensões: civil, política e social. A cidadania civil envolve os direitos à liberdade e à igualdade perante a lei; a cidadania política diz respeito à participação na esfera pública; e a cidadania social refere-se ao acesso a bens e serviços que garantem condições dignas de vida. Assim, a cidadania moderna é concebida não apenas como um status jurídico, mas como um processo histórico de inclusão e reconhecimento.

Os direitos humanos, por sua vez, consolidam-se no pós-Segunda Guerra Mundial, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela ONU em 1948. Este documento marca uma mudança paradigmática: os direitos deixam de ser apenas prerrogativas nacionais e passam a ser universais, indivisíveis e interdependentes. Conforme destaca Hannah Arendt (1979, p. 447):

(...) os movimentos totalitários já representavam aquelas massas que não queriam viver em qualquer tipo de estrutura, qualquer que fosse a sua natureza; massas que começavam a mover-se para transpor as barreiras legais e geográficas fortemente impostas pelo governo. Portanto, julgados segundo a nossa concepção de estrutura de governo e de Estado, esses movimentos, quando ainda fisicamente limitados a um território específico, devem necessariamente procurar destruir toda e qualquer estrutura; e não basta para essa deliberada destruição a mera duplicação de todos os órgãos na existência simultânea de instituições partidárias e estatais (...).

A reflexão de Arendt sobre os regimes totalitários é essencial para compreender a necessidade histórica dos direitos humanos: eles emergem como resposta ética e política às tentativas de aniquilação da pluralidade e da dignidade humana. Autores como Norberto Bobbio (1909, p. 87) reforçam que a democracia e os direitos humanos caminham juntos, uma vez que a liberdade e o respeito mútuo são condições de sua efetivação. O autor afirma:

Da esfera religiosa à esfera política, representa um dos motivos inspirados do governo democrático e um dos traços diferenciadores do regime democrático em relação a qualquer forma de despotismo. Uma das definições possíveis de democracia é a que põe em particular evidência a substituição das técnicas da força pelas técnicas da persuasão como meio de resolver conflitos.

Dessa forma, Bobbio destaca o caráter civilizatório do diálogo e da

racionalidade democrática, contrapondo-se à coerção e à violência como meios de resolução de tensões sociais. Contudo, a efetivação da cidadania e dos direitos humanos exige também um processo de conscientização crítica. Como afirma Freire (1998, p. 19):

(...) Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem de estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr riscos de assumi-la. E temem, também, na medida em que lutar por ela significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus proprietários, mas aos companheiros, que se assustam com maiores repressões.

Essa reflexão de Paulo Freire evidencia que a emancipação humana passa pela libertação das estruturas de dominação, exigindo coragem, criticidade e compromisso coletivo com a transformação social. Assim, a educação em direitos humanos se torna um instrumento indispensável para romper com a opressão e fortalecer a consciência cidadã.

Embora a cidadania esteja tradicionalmente vinculada ao Estado-nação e os direitos humanos à comunidade internacional, ambos os conceitos se interpenetram. A efetivação da cidadania depende da concretização dos direitos humanos, e a defesa desses direitos requer a existência de cidadãos conscientes e participativos. Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (1999) propõe a ideia de uma “cidadania cosmopolita”, que ultrapassa fronteiras nacionais e reconhece a interdependência global das lutas por justiça social e dignidade.

A educação em direitos humanos surge, então, como instrumento fundamental para o fortalecimento da cidadania democrática. Ao promover valores como solidariedade, respeito à diversidade e participação política, contribui-se para a construção de uma cultura de direitos e para a consolidação de sociedades mais justas e inclusivas.

Em síntese, cidadania e direitos humanos são dimensões complementares da emancipação humana. Enquanto a cidadania assegura a participação política e o pertencimento a uma comunidade, os direitos humanos garantem a dignidade e a igualdade universais. No entanto, a concretização plena desses ideais exige o enfrentamento das desigualdades sociais, do autoritarismo e da exclusão. Assim, pensar cidadania e direitos humanos de forma articulada é reafirmar o compromisso ético e político com a humanização das relações sociais e com o fortalecimento da democracia.

O presente trabalho apresenta resultados parciais das ações desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos)”, coordenado pelo professor Divino José Lemes de Oliveira e vinculado ao projeto institucional “Cidadania, Direitos e Diversidade”, da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá. O referido projeto tem como principal propósito promover a reflexão crítica e o engajamento social por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes, participativos e comprometidos com os princípios da democracia e dos direitos humanos.

As ações do projeto foram desenvolvidas ao longo do ano de 2025 e contaram com a participação de acadêmicos dos cursos de Geografia, História, Biologia da UEG UnU Iporá e Pedagogia da UEG UnU Jussara, além de professores da rede municipal de Iporá e de educadores residentes em Goiânia, configurando um espaço de diálogo interdisciplinar e de integração entre universidade e comunidade. A diversidade de formações e experiências dos participantes possibilitou uma abordagem ampla e plural sobre a temática da cidadania, dos direitos humanos e da diversidade, fortalecendo a dimensão social e transformadora da extensão universitária.

Durante o desenvolvimento das atividades, os integrantes do projeto elaboraram e aplicaram propostas pedagógicas voltadas à educação para a cidadania, dentre elas planos de aula e atividades práticas que se fundamentam no texto-base “Reflexão e prática sobre Cidadania e Direitos Humanos”. Essas propostas foram pensadas para diferentes níveis de ensino, do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, e têm como objetivo principal fomentar a consciência crítica, o respeito às diferenças e a valorização dos direitos fundamentais na formação dos estudantes.

Assim, os resultados aqui apresentados refletem parte do processo formativo e colaborativo vivenciado pelos participantes do “Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos)”, evidenciando a relevância do projeto como instrumento de diálogo entre universidade e sociedade. As propostas de planos de aula e atividades práticas que seguem neste trabalho representam não apenas produtos pedagógicos, mas também expressões concretas do compromisso ético e político com a educação em direitos humanos, a cidadania ativa e a construção de uma cultura de respeito e solidariedade.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1, que traz um dos planos de aula selecionados para compor este artigo. Trata-se de uma proposta elaborada para o 6º ano do Ensino

Fundamental, construída no contexto das atividades do projeto de extensão Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos). O referido plano foi desenvolvido com base na temática “Cidadania e Direitos Humanos no cotidiano”, buscando articular teoria e prática pedagógica de forma a promover a reflexão crítica dos estudantes sobre valores como respeito, solidariedade e participação social.

Quadro 1: Plano de aula para o 6º ano do ensino fundamental

Tema: Cidadania e Direitos Humanos no cotidiano

Duração: 2 aulas (50 min cada)

Objetivo Geral:

- Compreender o significado de cidadania e direitos humanos, reconhecendo sua importância nas relações do dia a dia.

Objetivos Específicos:

- Identificar atitudes cidadãs em casa, na escola e na comunidade.
- Reconhecer os direitos e deveres de todos os cidadãos.
- Estimular o respeito, a solidariedade e a empatia nas relações sociais.

Conteúdos:

- Conceito básico de cidadania e direitos humanos.
- Direitos e deveres do cidadão.
- Convivência e respeito mútuo.

Metodologia:

1. **Roda de conversa inicial:** o professor pergunta: “O que significa ser um bom cidadão?”
2. **Exibição de vídeo curto ou história ilustrada** (ex: animação sobre convivência e respeito).
3. **Leitura e discussão guiada:** pequenas adaptações do texto base, destacando palavras-chave (direitos, deveres, igualdade).
4. **Atividade em grupo:** os alunos desenham ou escrevem exemplos de atitudes cidadãs (na escola, em casa e na comunidade).
5. **Socialização e mural:** montar um “Painel da Cidadania” com as produções.

Recursos Didáticos:

- Quadro, cartolina, marcadores coloridos, vídeos educativos (como “Turma da Cidadania” ou similares).

Avaliação:

- Participação nas discussões.
- Compreensão demonstrada nas produções e no diálogo.
- Atitudes de respeito e cooperação durante as atividades.

Fonte: Os autores (2025)

O plano de aula apresentado no Quadro 1 foi concebido com o propósito de promover, entre estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, uma compreensão inicial e significativa sobre os conceitos de cidadania e direitos humanos. A proposta reflete a intencionalidade pedagógica do projeto de extensão Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos), que busca aproximar a reflexão teórica da prática educativa, estimulando a construção de valores democráticos e o fortalecimento do senso de pertencimento social dos educandos.

A metodologia adotada privilegia a aprendizagem participativa e dialógica, em consonância com os princípios da pedagogia freireana, ao valorizar a escuta, o diálogo e

a troca de experiências como caminhos para a formação cidadã. A roda de conversa inicial, seguida da leitura guiada e da produção coletiva do “Painel da Cidadania”, favorece a expressão das vivências dos alunos e possibilita que o conhecimento sobre direitos e deveres seja construído de forma contextualizada e significativa, a partir da realidade escolar e comunitária.

Observa-se que as atividades propostas buscam integrar aspectos cognitivos e socioemocionais da aprendizagem, ao estimular atitudes de respeito, empatia, solidariedade e cooperação. Tais dimensões são fundamentais para o desenvolvimento da educação em direitos humanos, conforme orientam documentos como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), que enfatiza a necessidade de práticas educativas voltadas à convivência democrática e ao reconhecimento da diversidade.

Dessa forma, o plano de aula demonstra-se coerente com os objetivos do projeto de extensão e com os princípios da formação integral do aluno, ao propor uma prática pedagógica que une conhecimento, valores e ação social. Além de contribuir para o processo de conscientização dos estudantes, a proposta evidencia o potencial transformador da escola como espaço privilegiado para o exercício da cidadania e para a consolidação de uma cultura de direitos humanos.

O Quadro 2, a seguir, apresenta um plano de aula elaborado para o 9º ano do Ensino Fundamental, cuja proposta tem como foco a temática “Cidadania, democracia e direitos humanos na sociedade atual”. Essa atividade pedagógica foi planejada com o objetivo de fomentar a reflexão crítica dos estudantes acerca da importância da cidadania ativa, da participação política e do papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O plano busca, ainda, estimular a análise de situações cotidianas e históricas relacionadas à defesa da dignidade humana, promovendo o desenvolvimento do pensamento ético, crítico e participativo dos alunos.

Quadro 2: Plano de aula para o 9º ano do ensino fundamental

Tema: Cidadania, democracia e direitos humanos na sociedade atual

Duração: 2 a 3 aulas (50 min cada)

Objetivo Geral:

- Refletir sobre a importância da cidadania ativa e dos direitos humanos para o fortalecimento da democracia e a construção de uma sociedade justa.

Objetivos Específicos:

- Analisar a relação entre cidadania, democracia e direitos humanos.
- Compreender que os direitos humanos são conquistas históricas.
- Reconhecer o papel do cidadão na defesa desses direitos.

Conteúdos:

- Cidadania civil, política e social (T. H. Marshall).
- Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Participação política e cidadania digital.

Metodologia:

1. **Leitura guiada de trechos adaptados** do texto base (sobre Locke, Rousseau e Marshall).
2. **Discussão em grupos:** “O que significa exercer cidadania hoje, especialmente nas redes sociais?”
3. **Estudo de caso:** situações de violação de direitos humanos (como bullying, racismo ou discriminação).
4. **Atividade prática:** criação de uma *Campanha de Cidadania e Respeito* (cartazes, slogans ou vídeos curtos).
5. **Apresentação das campanhas** e debate sobre as ações cidadãs possíveis na escola e na comunidade.

Recursos Didáticos:

- Texto-base adaptado, projetor, cartolinas, internet, vídeos da ONU ou UNESCO sobre direitos humanos.

Avaliação:

- Participação nas discussões e grupos.
- Clareza e criatividade nas campanhas criadas.
- Capacidade de relacionar teoria e prática (conceitos e realidade).

Fonte: Os autores (2025)

O plano de aula apresentado no Quadro 3 propõe uma abordagem reflexiva e interdisciplinar sobre os temas cidadania, democracia e direitos humanos, aspectos essenciais para a formação de jovens conscientes e participativos. A proposta se destaca por articular fundamentos teóricos clássicos — como as ideias de Locke, Rousseau e T. H. Marshall — com discussões atuais, como a cidadania digital e o papel do cidadão nas redes sociais, aproximando o conteúdo da realidade vivida pelos estudantes.

A metodologia empregada valoriza o protagonismo juvenil e o aprendizado colaborativo, ao incentivar o trabalho em grupo, o estudo de casos e a criação de campanhas educativas. Essas estratégias favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação e da capacidade de agir de forma ética e responsável diante de situações que envolvem direitos e deveres. Além disso, o uso de recursos digitais e audiovisuais amplia as possibilidades de expressão e engajamento dos alunos, conectando o aprendizado escolar às dinâmicas contemporâneas de participação social.

De modo geral, o plano apresenta coerência entre seus objetivos, conteúdos e metodologias, demonstrando um compromisso formativo com a educação em direitos

humanos e com o fortalecimento dos valores democráticos. Ao estimular o debate, a empatia e a ação cidadã, a proposta contribui para que os estudantes compreendam seu papel na construção de uma sociedade mais justa, plural e solidária — objetivos centrais do projeto de extensão Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos).

O Quadro 3, a seguir, apresenta um plano de aula elaborado para o 2º ano do Ensino Médio, centrado na temática “Cidadania e Direitos Humanos: desafios da democracia contemporânea”. Essa proposta pedagógica tem como objetivo promover a reflexão crítica dos estudantes sobre as relações entre cidadania, direitos humanos e democracia, analisando os principais desafios para sua efetivação no mundo atual. O plano busca estimular o pensamento autônomo e a participação ativa dos jovens, incentivando o diálogo sobre questões sociais, políticas e éticas que permeiam a vida em sociedade, em consonância com os princípios formativos de uma educação voltada para o exercício consciente da cidadania.

Quadro 3: Plano de aula para o 2º ano do ensino médio

Tema: Cidadania e Direitos Humanos: desafios da democracia contemporânea

Duração: 3 aulas (50 min cada)

Objetivo Geral:

- Analisar criticamente as relações entre cidadania, direitos humanos e democracia, reconhecendo os desafios de sua efetivação no mundo atual.

Objetivos Específicos:

- Discutir as ideias de Locke, Rousseau, Arendt, Bobbio e Boaventura de Sousa Santos.
- Compreender a evolução histórica e filosófica da cidadania e dos direitos humanos.
- Refletir sobre a importância da participação política e do engajamento social.

Conteúdos:

- Cidadania e contrato social (Locke e Rousseau).
- Direitos humanos no pós-guerra (Declaração Universal, ONU, Arendt).
- Democracia, diálogo e cidadania cosmopolita (Bobbio e Boaventura de Sousa Santos).
- Educação em direitos humanos.

Metodologia:

1. **Exposição dialogada:** contextualização histórica dos conceitos, com apoio de slides.
2. **Leitura orientada de trechos do texto-base** e debate em grupos sobre a relação entre cidadania e direitos humanos.
3. **Dinâmica “Mapa da Cidadania”:** cada grupo identifica desafios e propostas de ação para fortalecer a cidadania local, nacional e global.
4. **Produção escrita ou seminário:** análise crítica sobre “O papel do cidadão na defesa dos direitos humanos hoje”.
5. **Síntese coletiva:** construção de um “Manifesto pela Cidadania e Direitos Humanos” da turma.

Recursos Didáticos:

- Texto-base, slides, quadro digital, internet, projetor, materiais para cartazes ou manifesto.

Avaliação:

- Participação e profundidade nas discussões.
- Coerência e fundamentação teórica na produção escrita ou apresentação.
- Envolvimento e postura ética no trabalho coletivo.

Fonte: Os autores (2025)

O plano de aula apresentado no Quadro 3 evidencia uma proposta pedagógica

voltada para o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania ativa dos estudantes do 2º ano do Ensino Médio. A temática escolhida, “Cidadania e Direitos Humanos: desafios da democracia contemporânea”, permite articular teoria e prática, promovendo a compreensão histórica, filosófica e social dos direitos humanos e da democracia.

A metodologia combinada — exposição dialogada, leitura orientada, debates em grupo, dinâmicas práticas e produção coletiva — favorece a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento de habilidades de análise, reflexão e argumentação. Além disso, a proposta valoriza o engajamento ético e o protagonismo estudantil ao estimular a criação de um “Manifesto pela Cidadania e Direitos Humanos”, fortalecendo a relação entre teoria e prática.

A avaliação prevista no plano, centrada na participação, coerência teórica e postura ética, reforça a importância de considerar não apenas o conhecimento adquirido, mas também a capacidade de aplicar conceitos em contextos reais, fomentando a formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente responsáveis.

O **Quadro 4**, a seguir, apresenta uma atividade pedagógica intitulada “Jogo dos Direitos e Deveres”, desenvolvida com o objetivo de estimular a compreensão prática e reflexiva dos estudantes sobre os direitos e deveres que regem a convivência em sociedade. Por meio de uma abordagem lúdica e participativa, a proposta busca promover o engajamento dos alunos, reforçar valores de cidadania e incentivar a reflexão crítica sobre a importância de atitudes responsáveis e éticas no cotidiano escolar e comunitário.

Quadro 4: Atividade 1

Jogo dos Direitos e Deveres

Objetivo:

Compreender, de forma lúdica e interativa, a diferença entre direitos e deveres, relacionando-os à vida cotidiana e à cidadania democrática.

Tempo estimado:

1 aula (50 minutos)

Recursos necessários:

- Cartolinas coloridas
- Tesoura e canetas hidrográficas
- Fitas adesivas
- Caixa ou saco para sorteio

Desenvolvimento:

1. Preparação (pelo professor ou com ajuda dos alunos):

Em cartões separados, escreva diferentes situações do cotidiano, misturando exemplos de **direitos, deveres e violação de direitos**.

Exemplos:

- “Ter acesso à educação pública de qualidade”

○ “Respeitar as regras da escola” ○ “Praticar bullying com um colega” ○ “Ter liberdade de expressão” ○ “Jogar lixo na rua”
2. Execução: ○ Divida a turma em grupos de 4 a 6 alunos. ○ Cada grupo sorteia um cartão e deve classificar a situação como direito, dever ou violação de direito. ○ Após cada resposta, o grupo deve justificar a escolha, relacionando com os princípios de cidadania e direitos humanos.
3. Reflexão coletiva: ○ O professor faz um fechamento, destacando que os direitos humanos garantem a dignidade, e a cidadania envolve também o cumprimento de deveres. ○ Pode-se montar um “Mural dos Direitos e Deveres” na sala com os cartões e justificativas dos alunos.
Adaptação por nível: • 6º ano: usar linguagem simples e exemplos do cotidiano escolar. • 9º ano e Ensino Médio: incluir situações mais complexas (liberdade de imprensa, igualdade de gênero, racismo, etc.).
Avaliação: • Participação no jogo. • Clareza nas justificativas. • Capacidade de identificar corretamente direitos e deveres.

Fonte: Os autores (2025)

O Quadro 4 apresenta uma proposta pedagógica que se destaca pela abordagem lúdica e participativa, favorecendo a compreensão prática de conceitos fundamentais como direitos, deveres e cidadania. A atividade permite que os estudantes relacionem situações concretas do cotidiano às normas de convivência social, promovendo a reflexão ética e o desenvolvimento de atitudes responsáveis. Além disso, a dinâmica de grupos estimula a cooperação, a argumentação e o pensamento crítico, tornando o aprendizado mais significativo. A possibilidade de adaptação para diferentes níveis escolares amplia o alcance da atividade, permitindo trabalhar desde conceitos básicos no 6º ano até questões mais complexas e contemporâneas no Ensino Médio, como igualdade de gênero e liberdade de expressão. A avaliação centrada na participação e na clareza das justificativas reforça o caráter formativo da proposta, ao mesmo tempo em que promove o engajamento ativo dos alunos.

Veja no Quadro 5 que apresenta a atividade pedagógica intitulada “**Assembleia dos Cidadãos**”, uma simulação democrática que visa proporcionar aos estudantes experiências práticas relacionadas à participação política e à tomada de decisões coletivas. A proposta busca desenvolver a compreensão sobre os processos de deliberação e o exercício da cidadania, estimulando o pensamento crítico, o diálogo respeitoso e a responsabilidade social. Por meio dessa dinâmica, os alunos têm a oportunidade de vivenciar situações que refletem o funcionamento de instituições

democráticas, promovendo a reflexão sobre direitos, deveres e a importância do engajamento cívico na construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Quadro 5: Atividade 2

Assembleia dos Cidadãos (Simulação Democrática)

Objetivo:

Estimular o exercício da cidadania, o diálogo e a tomada de decisão coletiva como forma de compreender a importância da participação política e dos direitos humanos.

Tempo estimado:

2 aulas (50 min cada)

Recursos necessários:

- Cartazes ou quadro branco
- Papéis e canetas
- Urna improvisada (caixa decorada)
- Fichas de votação

Desenvolvimento:

1. Introdução:

O professor propõe à turma um **problema social ou escolar** para debate e deliberação.

Exemplos:

- “Como tornar a escola mais inclusiva e respeitosa?”
- “Como combater o preconceito e o bullying no ambiente escolar?”
- “Como melhorar a participação dos alunos nas decisões da escola?”

2. Divisão de papéis:

- Grupo 1: apresenta propostas de solução.
- Grupo 2: analisa os impactos (direitos envolvidos, deveres e consequências).
- Grupo 3: registra as ideias em cartaz e organiza a votação.

3. Debate e votação:

- Cada grupo expõe suas ideias em até 3 minutos.
- A turma debate de forma respeitosa e, ao final, vota secretamente nas propostas.
- O professor conduz o processo como mediador, reforçando a importância da **escuta, do diálogo e da decisão coletiva**, pilares da cidadania e da democracia.

4. Fechamento:

- Analisar o resultado da votação e discutir:
“O que aprendemos sobre cidadania e direitos humanos com essa atividade?”
- Produzir um **relato coletivo ou mural** com as propostas e decisões da turma.

Adaptação por nível:

- 6º ano: temas simples e próximos da realidade escolar.
- 9º ano e Ensino Médio: incluir discussões sobre políticas públicas, participação juvenil, direitos civis e sociais.

Avaliação:

- Participação no debate e respeito às opiniões divergentes.
- Clareza e pertinência das propostas apresentadas.
- Capacidade de relacionar a prática democrática com os conceitos teóricos

Fonte: Os autores (2025)

O Quadro 5 apresenta a atividade “**Assembleia dos Cidadãos**”, que se destaca por promover a vivência prática de processos democráticos e a reflexão sobre cidadania ativa. Por meio da simulação de deliberação coletiva, os estudantes são incentivados a exercer o diálogo, a argumentação e a tomada de decisão de forma ética e respeitosa. A proposta contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, da empatia e da responsabilidade social, permitindo que os alunos compreendam na prática a

importância da participação política e do cumprimento de direitos e deveres. Além disso, a atividade favorece a articulação entre teoria e prática, ao relacionar conceitos de democracia, direitos humanos e engajamento cívico com situações concretas da vida escolar e comunitária. Essa abordagem lúdica e estruturada fortalece competências essenciais para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Com base nas informações apresentadas nos Quadros 2, 3, 4 e 5, é possível concluir que as propostas pedagógicas demonstram uma preocupação consistente com a formação integral dos estudantes enquanto cidadãos críticos, éticos e participativos. Os planos de aula e atividades exploram tanto o aspecto teórico quanto o prático da cidadania e dos direitos humanos, articulando conhecimentos históricos e filosóficos com situações concretas do cotidiano escolar e comunitário. Essa abordagem permite aos alunos compreender a relevância da participação social e política, reforçando valores como responsabilidade, empatia e respeito à diversidade.

As atividades propostas também evidenciam um cuidado em diversificar metodologias, privilegiando estratégias interativas e colaborativas. O “Jogo dos Direitos e Deveres” e a “Assembleia dos Cidadãos” destacam-se por integrar práticas lúdicas, simulações e debates, favorecendo o engajamento ativo dos estudantes e a construção coletiva de conhecimento. Esse conjunto de práticas não apenas aproxima os conceitos de cidadania e direitos humanos da realidade dos alunos, mas também fortalece competências de argumentação, análise crítica e tomada de decisão fundamentada, essenciais para a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres.

Por fim, observa-se que a avaliação das propostas valoriza não apenas a assimilação de conteúdos, mas também a capacidade de aplicar conceitos em contextos reais e de participar de forma ética e responsável. Essa ênfase contribui para que os estudantes desenvolvam uma visão ampliada de cidadania, compreendendo a importância de suas ações individuais e coletivas na promoção de uma sociedade mais justa e democrática. Assim, os planos e atividades apresentados consolidam-se como instrumentos pedagógicos efetivos para a educação em direitos humanos e para o fortalecimento da cultura democrática nas escolas.

Além dos benefícios para os estudantes, as atividades práticas desenvolvidas nos Quadros 4 e 5 tiveram grande importância para os monitores do projeto de extensão. Ao organizar e mediar dinâmicas como o “Jogo dos Direitos e Deveres” e a “Assembleia dos Cidadãos”, os monitores puderam vivenciar experiências pedagógicas

reais, aprimorando habilidades de planejamento, comunicação, liderança e mediação de conflitos. Essa participação prática proporcionou uma compreensão mais profunda dos desafios e das potencialidades da educação em direitos humanos, fortalecendo sua formação acadêmica e profissional, além de reforçar o compromisso com o engajamento social e a promoção da cidadania ativa.

Complementando as análises anteriores, é possível perceber que essas atividades práticas também tiveram grande relevância para os monitores do projeto de extensão. Ao planejar, organizar e mediar dinâmicas como o “Jogo dos Direitos e Deveres” e a “Assembleia dos Cidadãos”, os monitores puderam desenvolver competências pedagógicas, como comunicação, liderança, mediação de conflitos e gestão de grupos. Essa experiência prática permitiu que eles compreendessem de forma concreta os desafios e as estratégias envolvidas na educação em direitos humanos, fortalecendo sua formação acadêmica, seu senso de responsabilidade social e sua capacidade de atuação em contextos educativos e comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos) evidencia que os objetivos propostos foram amplamente alcançados, especialmente no que se refere à articulação entre teoria e prática na formação cidadã. O estudo permitiu compreender como o trabalho educativo voltado à cidadania e aos direitos humanos pode contribuir de forma concreta para o fortalecimento da democracia, do respeito à diversidade e da valorização da dignidade humana.

Os resultados apontam que as metodologias participativas e dialógicas, aplicadas nas propostas apresentadas, favoreceram o engajamento dos estudantes e a construção de um aprendizado significativo. Atividades como o Jogo dos Direitos e Deveres e a Assembleia dos Cidadãos demonstraram grande potencial formativo, ao promover o exercício da escuta, da cooperação e da reflexão ética, consolidando o espaço escolar como ambiente de vivência democrática. Do mesmo modo, os planos de aula elaborados para diferentes níveis de ensino evidenciaram a relevância de abordagens interdisciplinares que aproximam os conceitos de cidadania e direitos humanos do cotidiano dos educandos.

As ações do projeto também tiveram impacto expressivo na formação dos

acadêmicos e monitores envolvidos, que puderam vivenciar experiências pedagógicas reais e desenvolver competências fundamentais para a prática docente, como liderança, mediação de conflitos e sensibilidade social. Essa vivência reforçou o caráter transformador da extensão universitária, entendida como ponte entre a produção de conhecimento e as demandas concretas da comunidade.

Do ponto de vista teórico e prático, o estudo contribui para o campo da educação em direitos humanos ao demonstrar que a promoção da cidadania não se restringe à transmissão de conteúdos, mas se constrói por meio da vivência, do diálogo e da participação coletiva. As práticas apresentadas reafirmam que a formação cidadã exige uma pedagogia comprometida com a ética, a solidariedade e a justiça social, princípios fundamentais para a consolidação de sociedades mais igualitárias e inclusivas.

Entretanto, reconhece-se que a pesquisa apresenta limitações, especialmente quanto ao tempo de acompanhamento das atividades e à necessidade de ampliar o número de escolas e turmas participantes. Pesquisas futuras poderão explorar o impacto longitudinal dessas ações, analisando como as práticas educativas em cidadania e direitos humanos influenciam o comportamento social e político dos estudantes a longo prazo.

Conclui-se, portanto, que o projeto Podcast da Cidadania (Conscientes e Ativos) reafirma a importância da educação como instrumento de emancipação humana e transformação social. Ao integrar universidade, escola e comunidade, as ações desenvolvidas demonstram que é possível construir, por meio do diálogo e da prática pedagógica, uma cultura de direitos humanos que promova o respeito, a participação e a cidadania ativa.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 1979.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Campus, 1992.

FREIRE, Paulo. **Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo**. Revista de Cultura da Universidade do Recife, Estados Unidos, n. 4, abr./jun. 1963.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo. UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 2002.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo. Editor: Martins Fontes, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar, 1967.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Paris. Marc-Michel Rey, 1762.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo. Editora: Cortez, 1999.